



Críticas Feministas à Ontologia e Epistemologia do *Mainstream* de Relações Internacionais¹

Feminist Critiques to the Ontology and Epistemology of *Mainstream* International Relations

Isadora Campregher Paiva*

Resumo: O avanço das abordagens feministas de Relações Internacionais (RI) se deu a partir do final dos anos 1980, buscando revelar o viés androcêntrico do *mainstream* da disciplina. As posições teóricas feministas não são simples “adições” de análises de gênero às RI, pois questionam a ontologia da disciplina, baseada em dicotomias generificadas como privado e público, doméstico e internacional. No estudo das relações internacionais como geralmente definidas (o campo majoritariamente masculino da “alta política”), a mulher é relegada ao âmbito privado e apolítico. A teoria feminista de RI busca demonstrar que o sistema internacional, assim como o próprio poder, não se resume a essa arena. Para tanto, extrapola o slogan do movimento feminista de que “o pessoal é político”, afirmando que ele é também internacional. Em termos epistemológicos, feministas disputam a noção de uma ciência neutra, afirmando que a “visão de lugar nenhum” a qual almejam os positivistas é na verdade situada firmemente no topo.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Teoria feminista. *Mainstream*. Ontologia. Epistemologia.

Abstract: The advance of the feminist approaches in International Relations (IR) started in the late 1980s, seeking to reveal the androcentric bias of the *mainstream* of the discipline. Feminist theoretical positions are not mere "additions" of gender analysis to IR, because they question the ontology of the discipline, based on gendered dichotomies such as private and public, domestic and international. In the study of international relations as generally defined (the predominantly male field of "high politics"), women are relegated to the private and apolitical sphere. The feminist theory of IR seeks to demonstrate that the international system, as well as power itself, is not circumscribed to this arena. In order to do so, it extrapolates the slogan of the feminist movement that "the personal is political", stating that it is also international. In epistemological terms, feminists

¹ Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) Sobre Mulher e Relações de Gênero – “Territorialidades: Dimensões de Gênero, Desenvolvimento e Empoderamento das Mulheres”. As críticas recebidas foram importantes na elaboração deste artigo.

* Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Atualmente é bolsista do CNPq como mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS (nota 7 na CAPES). Pesquisa na área de Sociologia da Cultura, com ênfase em estudos de gênero. Contato: isapaiva@gmail.com



dispute the notion of a neutral science, stating that the "view from nowhere" which positivists seek is actually firmly situated at the top.

Keywords: International Relations. Feminist theory. Mainstream. Ontology. Epistemology.

Introdução

A política internacional é um mundo masculino. Isto é verdade tanto na arena política (diplomatas, militares, políticos, líderes de grandes empresas internacionais são, em geral, homens) como na disciplina acadêmica de Relações Internacionais (RI). Embora uma preponderância masculina seja a regra nas esferas dominantes de quase todas as áreas políticas e acadêmicas, o campo da política internacional, por sua associação com o tema paradigmaticamente masculino – a guerra – é especialmente masculinizado².

As primeiras abordagens feministas nas Relações Internacionais (RI) buscaram identificar as mulheres nas relações internacionais³, invisíveis nas análises tradicionais. As autoras concluíram que isso só poderia ser feito voltando o olhar para espaços diferentes dos vistos como "importantes" pelo *mainstream* da disciplina. Em função disso, uma questão essencial para a análise feminista nas RI é a noção de que a política internacional não se dá apenas nos campos de batalha ou em conversas entre chefes de Estado (a chamada "alta política"). Extrapolando o slogan "o pessoal é político" da Segunda Onda feminista⁴, feministas nas RI afirmam que "o pessoal é político e internacional"⁵, defendendo não só que as estruturas de dominação de gênero, raça e classe perpassam essas divisões, mas que as próprias dicotomias de público/privado e internacional/nacional contribuem para invisibilizar a mulher, dado que o seu trabalho em geral é relegado ao segundo plano.

O fato de a disciplina ser hipermasculinizada se reflete no relativo atraso com que as primeiras abordagens feministas apareceram na disciplina em relação a outras ciências sociais. Nas RI, a teoria feminista se formou em volta de um grupo de escritos programáticos na virada da

² BIERSTEKER, Thomas. J. The Parochialism of Hegemony: Challenges for "American International Relations". In: TICKNER, Arlene B.; WÆVER, Ole (Eds.). *International Relations Scholarship Around the World: Worlding Beyond the West*. New York: Routledge, 2009. O autor lista os textos recomendados para candidatos a Phd nas dez instituições melhor ranqueadas em RI dos EUA e mostra que apenas 18% deles eram escritos por mulheres (individualmente ou em colaboração com homens). Importante lembrar que a maior parte das autoras trabalhando nas RI não o fazem dentro da teoria feminista. O único texto feminista indicado foi *Gender in International Relations* (1992), de Ann Tickner, que figurou nas listas de apenas duas universidades, representando menos de 1% das leituras indicadas.

³ A utilização de Relações Internacionais (ou RI) em maiúsculas refere-se à disciplina, enquanto que seu uso por extenso, em minúsculas, é usado para as relações internacionais como objeto de estudo.

⁴ HANISCH, Carol. *The Personal Is Political*. Notes from the Second Year: New York: Women's Liberation, 1970, pp. 76-78.

⁵ ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches, and Bases*. Londres: Pandora Press, 1989.

década de 80 para 90⁶, que ajudaram a criar uma rede de acadêmicas⁷ que ainda hoje são pontos de referência. Isso ocorreu quase duas décadas depois do feminismo ter adentrado a academia, afinal, desde os anos 1970, a história, sociologia e antropologia foram pioneiras em termos de análises feministas, seguidas pela ciência política e economia⁸. Apesar das RI serem, em muitos aspectos, “importadoras” de conceitos e teorias em relação às outras ciências humanas, a disciplina tem se mostrado mais conservadora que outras ciências sociais em diversos aspectos, o que significa que estas importações tendem a acontecer com muitos anos de atraso, quando as perspectivas são críticas ao *mainstream* da disciplina⁹.

O termo *mainstream*, dentro do contexto das RI, é geralmente entendido como abrangendo as teorias realistas e liberais, ambas positivistas; muitas vezes é usado como sinônimo de “racionalistas”, em função de utilizarem modelos de escolha racional¹⁰. A partir dos anos 1980, teve espaço um movimento de contestação ao positivismo dessas teorias – em geral conhecido como o Terceiro Debate¹¹ – criticando o *mainstream* em termos epistemológicos, ontológicos e normativos. Epistemologicamente, pós-positivistas disputam a noção de uma ciência “neutra”, separada do mundo sobre o qual teoriza, afirmando que nossos pensamentos constroem nosso mundo, e atentando para a natureza inquantificável de muitos fenômenos sociais¹². Ontologicamente, criticaram a visão dominante nas RI de um sistema internacional formado por atores cujos interesses são estabelecidos antes mesmo da interação social, argumentando, em contraste, que atores são inerentemente *sociais*, com identidades e interesses socialmente construídos, produtos de estruturas sociais intersubjetivas. E normativamente, condenaram a noção de teorização sem juízos de valor, argumentando que todo conhecimento serve a

⁶ Entre os principais estão ELSHTAIN, Jean Bethke. *Women and War*. Chicago: University of Chicago Press, 1987; COHN, Carol. Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. In: *Signs*, vol. 12, no. 4, pp. 687-718. Chicago: summer, 1987; ENLOE, 1989; PETERSON, V. Spike. *Gendered States: Feminist (Re)Visions of International Relations Theory*. Boulder: Lynne Rienner, 1992, pp. 1-29; TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press, 1992.

⁷ A escolha entre o termo “acadêmicas” e “acadêmicos” é problemática, mas infelizmente imperativa no português. A maioria daqueles que utilizam uma abordagem feminista nas RI são mulheres, embora existam sim homens feministas nas RI. De qualquer modo, me parece injusto utilizar o termo no masculino se a grande maioria de autores é do sexo feminino. Ademais, quando o autor for um homem, isso será digno de nota. Em função disso, utilizarei daqui em diante este termo e afins no feminino.

⁸ HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

⁹ BEIER, J. Marshall. *International Relations in Uncommon Places*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

¹⁰ REUS-SMIT, Christian. Constructivism. In: BURCHILL, Scott et al (Orgs.). *Theories of International Relations*. 3. ed., pp. 188-212. Basingstoke: Palgrave, 2005.

¹¹ LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. In: *International Studies Quarterly*, vol. 33, pp. 235-254. Londres: 1989.

¹² KURKI, Milja; WIGHT, Colin. International Relations and Social Science. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. (Eds.). *International Relations Theories. Discipline and Diversity*. 3. ed., pp. 14-35. Oxford: Oxford University Press, 2013.

interesses¹³. Teorias que se declaram normativas não seriam, assim, menos objetivas, mas mais honestas.

A teoria feminista de RI partilha destas críticas e as estende, buscando reverter o relativo atraso da disciplina em relação à questão de gênero. Utilizando *insights* de feministas das outras ciências sociais, feministas das RI têm demonstrado a importância desta temática também na área da política global, desenvolvendo aos poucos uma base teórica própria. Além de revelar o viés de gênero e a normatividade embutida no *mainstream* da disciplina, a teoria feminista reviu conceitos fundamentais das RI, como o estado-nação, segurança, e poder, de tal maneira que eles pudessem iluminar ao invés de invisibilizar as mulheres e as relações de gênero no contexto internacional. Estes trabalhos envolveram reconceptualizações da disciplina de RI em termos ontológicos e epistemológicos, objeto deste trabalho.

Bases ontológicas da teoria feminista

Ontologia trata de como o mundo é: o que existe, o que deveria ser estudado e qual a natureza básica daquilo que é estudado. Uma das bases ontológicas da teoria feminista das RI é a noção de que as relações internacionais não devem ser circunscritas aos espaços da chamada “alta política”. Além disso, apontam para o fato de que os interesses e identidades dos atores internacionais são socialmente construídos ao invés de guiados por uma racionalidade neutra. O fato de esses atores serem majoritariamente homens não só reflete como constrói a estrutura internacional da dominação masculina.

Cynthia Enloe, em uma das primeiras análises feministas de RI, dá atenção especial para a maneira como, apesar de a disciplina se retratar como estudiosa do “poder global”, as concepções tradicionais de poder nas RI subestimam a quantidade e tipos de poder no sistema internacional ao ignorar não só a natureza de gênero de qualquer noção de poder (o mais alto na hierarquia é relacionado à masculinidade), como o fato de que homens e mulheres não exercem poder ou são subordinados na mesma proporção. Similarmente, Gillian Youngs afirma que o discurso do chamado *malestream*¹⁴

[...] ajuda a perpetuar uma visão de mundo distorcida e parcial, que reflete o poder e influência desproporcional que homens têm, ao invés de uma realidade social completa [...] Esta teoria é, portanto, mais uma reflexão e expressão do poder masculino historicamente estabelecido do que é uma exploração aberta e abrangente dos processos políticos e econômicos em que todos os membros da sociedade estão inseridos. É mais um discurso de e sobre os poderosos do que um que busca examinar profundamente como o poder funciona, incluindo as suas dimensões de gênero, raça e socioeconômicas, ou situar indivíduos e grupos

¹³ COX, Robert W. Social forces, States, and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: *Millennium*, vol. 10, no. 2, pp. 126-155. Londres: 1981.

¹⁴ Um termo recorrente nos escritos feministas, junção das palavras *mainstream* e *male* (do sexo masculino).

diferentemente em termos contrastantes de capacidade, controle, influência e liberdade¹⁵.

Análises feministas buscam mostrar como relações de poder não são confinadas aos espaços ditos “públicos”; o gênero, como “forma primária de relações significantes de poder”¹⁶ perpassa as relações sociais públicas e privadas. Por ser baseado em uma diferença sexual, porém, é fácil naturalizar estas hierarquias, relegando-as ao espaço “pessoal”, ignorando sua relevância política. Nas RI, a noção de que o poder é socialmente construído vai de encontro aos processos que insistem em “quantificá-lo”. Birgit Locher e Elisabeth Prügl afirmam que até mesmo a teoria construtivista, que afirma que o sistema internacional é socialmente construído, tem, em geral, ignorado a natureza social do próprio poder, tratando-o como:

[...] uma quantidade que atores (estados, exércitos, grupos de interesse) têm e que eles usam diferentemente dependendo de culturas ou identidades políticas (e.g. vários artigos em Katzenstein, 1996; também Wendt, 1994). Entender poder como uma quantidade levaria feministas apenas a dizer que mulheres não o têm. Isto fala pouco sobre como o poder é construído e reproduzido¹⁷.

Se utilizarmos as perspectivas *mainstream*, é fácil esquecer que mulheres existem e contribuem para a política internacional, nos diz Enloe. Ela sabe por experiência: seus quatro primeiros livros não utilizam uma abordagem feminista, e sequer tocam no assunto “mulher”¹⁸. Após seu “despertar feminista”, a autora se mostrou preocupada em entender como é possível tratar de assuntos como guerra e identidade sem nunca perguntar “onde estão as mulheres”? A resposta de Enloe está na própria concepção do que “conta” como relações internacionais. As divisões entre privado e público, doméstico e internacional, são generificadas. Historicamente, as primeiras áreas são designadas masculinas, e as segundas femininas, com os setores masculinos sendo vistos como os dignos de atenção, e os únicos locais onde “política” ocorre.

A noção de que o pessoal é político e internacional vem para quebrar com essas barreiras artificiais, que de acordo com Enloe diminuem nosso entendimento de como a política realmente ocorre, especialmente a maneira como ela permeia todas as áreas de nossas vidas¹⁹. Ann Tickner aponta para o fato de que as divisões dentro da própria disciplina de RI também são generificadas. Áreas vistas como mais “masculinas”, como “estudos de segurança”, são o cerne privilegiado da disciplina, o assunto sobre o qual os principais autores escrevem; apesar disso, as

¹⁵ YOUNGS, Gillian. Feminist International Relations: a Contradiction in Terms? Or: Why Women and Gender Are Essential to Understanding the World 'We' Live In. In: *International Affairs*, vol. 80, no. 1. Cambridge: 2004, p. 2.

¹⁶ SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: *The American Historical Review*, vol. 91, no. 5, pp. 1053-1075. Bloomington: dez. 1986, p. 1069.

¹⁷ LOCHER, Birgit; PRÜGL, Elisabeth. Feminism and Constructivism: Worlds Apart or Sharing the Middle Ground? In: *International Studies Quarterly*, vol. 45, pp. 111-129. Londres: 2001, p. 117.

¹⁸ COHN, Carol; ENLOE, Cynthia. A Conversation with Cynthia Enloe: Feminists Look at Masculinity and the Men Who Wage War. In: *Signs*, vol. 28, no. 4, pp. 1187-1207. Chicago: 2003.

¹⁹ ENLOE, 1989.

mulheres nas RI geralmente estudam “economia política internacional”, “estudos de desenvolvimento”, ou “teoria política internacional”²⁰.

As separações entre as esferas pública/privada e nacional/internacional são, porém, ontológicas para a disciplina de RI tradicional. A base para a existência de um campo separado da ciência política como um todo, afinal, é a noção de que há algo de *específico* nas relações entre as nações. O fato de o foco da análise ser o estado-nacional também é visto como dado nas abordagens tradicionais. A inserção de uma análise de baixo para cima, trazendo o indivíduo para dentro das RI e confundindo as barreiras entre as dicotomias que formam a base da disciplina são, em função disso, mais revolucionárias do que aparentam ser à primeira vista.

As barreiras entre o público e o privado parecem estar perdendo seu poder explicativo até mesmo fora de círculos feministas. Mary Kaldor, por exemplo, afirma que o período pós-Guerra Fria é marcado por um tipo de guerra que os modelos *mainstream* têm dificuldade em explicar. A autora faz uma distinção interessante entre os tipos de guerra que os realistas tinham em mente quando formularam suas teorias, e estas “novas guerras”. Estas são uma mistura entre guerra (conflito político entre dois grupos politicamente organizados, por uma causa política), crime (uso de violência por motivos privados) e violações de direitos humanos (agressões de agentes políticos contra indivíduos). Essas esferas são geralmente separadas analiticamente, mas se confundem nas ações de muitos agentes contemporâneos: mercenários atrás de dinheiro e poder muitas vezes afirmam serem rebeldes políticos, por exemplo. “Os agentes são tanto globais como locais, tanto públicos como privados.”²¹ A retórica política legitima ações, pois a política é um motivo para a violência historicamente aceito. De fato, a guerra nada mais é do que uma forma legítima de matar.

O movimento por uma visão mais ampla da política global também se reflete em uma concepção diferente de “segurança” do que a defendida pelo *mainstream*. Na área de estudos de segurança, o realismo é a teoria dominante. Embora outras perspectivas tenham ganhado espaço nas últimas décadas expandido o conceito de segurança, em geral, ele ainda é centrado no estado como aquele que busca segurança no sistema internacional e, internamente, como provedor de segurança aos seus cidadãos²². Autores críticos a essa definição têm apontado para o fato de que

[...] o próprio estado, longe de ser um provedor de segurança como na visão convencional, tem sido de muitas maneiras uma fonte primária de insegurança [...] É difícil ver como qualquer conceito útil de segurança pode ignorar a participação

²⁰ TICKNER, 1992, p. 10.

²¹ KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. 2 ed. Londres: Polity Press, 2006, p. 12.

²² KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Eds.). *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. London: UCL Press, 2002, pp. 7-21.



de estados em “desaparecimentos” e abuso de direitos humanos em muitas sociedades²³.

A teoria feminista de RI avança estas críticas, defendendo que conceitos como “interesses nacionais” e “segurança nacional” são construídos dentro de um sistema patriarcal em que a busca estatal por segurança gera insegurança para boa parcela da população. No pensamento realista, a divisão entre internacional e nacional é de um mundo anárquico e perigoso, em contraponto à ordem e segurança interna. Interessante notar que o termo utilizado em inglês para a política interna a um país é “doméstica”. Seja no sentido macro ou micro, mulheres bem sabem que o espaço doméstico é longe de ser seguro. A maior parte da violência contra a mulher ocorre dentro de casa e o Estado tem sido notoriamente ineficiente em lidar com a violência dentro do casamento, que é inclusive sancionada pelo Estado em muitas sociedades²⁴. Muitas feministas, por isso, definem segurança de modo amplo:

Como a diminuição de todas as formas de violência, inclusive física, estrutural e ecológica. Dado que mulheres têm sido marginais às estruturas de poder da maior parte dos estados, e visto que perspectivas feministas de segurança tomam a segurança humana como sua preocupação central, a maior parte dessas definições começa de baixo, com o indivíduo ou comunidade ao invés do estado ou sistema internacional²⁵.

Isso não significa que o Estado não figura na concepção feminista de segurança, mas sim que a equiparação entre a segurança *do estado* e de *seus cidadãos* não é tomada como dada. Além disso, a questão de violência estatal não é facilmente delimitada; o conceito de “violência estrutural”, de Johan Galtung, foi influente nos estudos críticos de segurança; Galtung expande o conceito de violência de modo a incorporar toda ação que impede o desenvolvimento potencial de seres humanos. Esta definição pode parecer vaga, e por isso Galtung exemplifica: “se uma pessoa morresse de tuberculose no século XVIII seria difícil conceber isto como violência visto que seria provavelmente inevitável; mas se ela morresse disso hoje, apesar de todos os recursos médicos no mundo, então violência está presente.”²⁶

Ao adicionar uma perspectiva estrutural para a violência, feministas demonstram como, por exemplo, sanções econômicas (geralmente vistas como uma maneira mais “pacífica” de demonstrar desaprovação a algum regime) matam mais que muitas guerras, atingindo

²³ WALKER, Rob B. J. The Concept of Security and International Relations Theory. In: *Working Paper no. 3*, pp. 1-25. California: Institute on Global Conflict and Cooperation, University of California, 1988, p. 11.

²⁴ FINEMAN, Martha. MYKITIUK, Roxanne. *The Public Nature of Private Violence: The Discovery of Domestic Abuse*. New York: Routledge, 2009.

²⁵ TICKNER, J. Ann. *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*. New York: Columbia University Press, 2001, p. 62.

²⁶ GALTUNG, Johann. Violence, Peace and Peace Research. In: *Journal of Peace Research*, vol. 6, no. 3, pp. 167-191. Oslo: 1969, p. 168.

especialmente as populações mais vulneráveis²⁷. Uma questão que, entre realistas, poderia ser descrita como um Estado exercendo seu poder sobre outro, ao analisarmos com uma lente feminista, parece mais com um Estado exercendo seu poder sobre populações pobres, enquanto os mais poderosos do país continuam comprando bens no mercado negro.

A violência econômica é a maior causa de insegurança humana e atinge mulheres e crianças em níveis desproporcionais. Os números para medir a chamada “feminização da pobreza” são, porém, notoriamente difíceis de serem compilados, justamente em função da divisão entre público e privado. Dado que a maior parte do trabalho reprodutivo (afazeres domésticos e cuidado de crianças) é feito por mulheres e não pago (o que em si representa uma grande desvalorização do trabalho feminino), as medidas comuns de renda não suportam uma análise dentro da família²⁸.

Apesar de ser um trabalho crucial para o desenvolvimento humano, o fato de o trabalho reprodutivo não ser monetizado faz com que não seja tratado com a mesma importância do trabalho “masculino” da arena pública, não configurando, por exemplo, na medida mais utilizada para a produção de riqueza nacional, o PIB; o mesmo é verdade para o trabalho informal como um todo que, especialmente em países mais pobres, é desproporcionalmente realizado por mulheres²⁹. Apesar disso, alguns programas têm dado importância para o trabalho reprodutivo das mulheres, utilizando-o para melhorar a eficiência de programas de transferência de renda e de microcrédito; o fato de que a renda recebida por mulheres tende a ser melhor distribuída dentro da família do que a de homens, tem levado programas como o Bolsa Família³⁰ a preferir mulheres como beneficiárias.

²⁷ Um exemplo analisado por Ann Tickner e Laura Sjoberg é o das fortes sanções ao Iraque após a Guerra do Golfo; dado que o país tinha uma economia baseada na exportação de petróleo, quase todos os bens eram importados, inclusive comida. As sanções duraram 13 anos e levaram à morte de um milhão de iraquianos, metade deles crianças, sendo que outros 30% mulheres. Doenças curáveis e fome foram as principais causas de morte. TICKNER, Ann; SJOBERG, Laura. Feminism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Eds.). *International Relations Theories*. Oxford: Oxford University Press, 2013. Em contraste, entre 2003-2013, o número de mortos girou em torno meio milhão de habitantes, incluindo mortes indiretamente causadas pela invasão e ocupação; a maior parte dos mortos nesse caso foram homens. HAGOPIAN, Amy et al. Mortality in Iraq Associated with the 2003–2011 War and Occupation: Findings from a National Cluster Sample Survey by the University Collaborative Iraq Mortality Study. In: *PLOS Medicine*, publ. 15 out. 2013. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1001533#authcontrib>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

²⁸ CHANT, Sylvia H. Re-thinking the “Feminization of Poverty” in Relation to Aggregate Gender Indices. In: *Journal of Human Development*, vol. 7, no. 2, pp. 201-220. Londres: 2006.

²⁹ A autora aponta para a contradição entre a falta de atenção para a economia familiar e a própria origem da palavra economia, de “oikos” (casa) e “nomos” (costume, leis), resultando em *oikonomia*, as regras ou administração da casa. JARL, Ann-Cathrin. In *Justice: Women and Global Economics*. Minneapolis: Augsburg Fortress, 2003.

³⁰ A titularidade é concedida preferencialmente às mulheres, por considerarem que elas “conhecem melhor as necessidades da família” e “tendem a gastar com alimentação e com os filhos.” IBASE. *Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas*. Rio de

Também na área de segurança, as contribuições de mulheres têm sido levadas mais a sério no terreno da política “prática” do que na academia. A importância da segurança humana e da presença de mulheres no processo de securitização tem sido mais reconhecida na área de política “aplicada” do que na academia. A resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por exemplo, foi um marco para o movimento feminista internacional, dado que foi a primeira vez em que a ONU afirmou a importância da sociedade civil, e especialmente das mulheres, em todas as fases dos processos de construção da paz e da promoção da segurança³¹, urgindo que os estados membros da ONU assegurem “uma representação cada vez maior de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão nas instituições nacionais, regionais e internacionais, bem como nos mecanismos destinados à prevenção, gestão e resolução de conflitos.”³²

Por mais que estes reconhecimentos tenham lados positivos para a participação feminina na economia e política, é importante notar que continuam dependendo de construções de gênero essencialistas³³, ou seja, em geral, as mulheres só conseguem esses direitos através da utilização do argumento da “utilidade” ou “eficiência” que suas características femininas possam trazer para o projeto³⁴. Feministas em geral afirmam que, embora as diferenças entre homens e mulheres sejam naturalizadas através de práticas discursivas, o gênero é uma construção social, que varia e depende de questões como região, etnia, classe e época. Não há consenso entre as autoras quanto ao nível em que existe, de fato, uma diferença entre homens e mulheres. Autoras pós-modernas geralmente afirmam que até mesmo o sexo é uma construção social³⁵, enquanto outras, como as “feministas de ponto de vista”, defendem uma posição em que a diferença biológica é exacerbada muito além de qualquer real diferença através da construção de feminilidade e masculinidade. Para as feministas de ponto de vista, “a mulher” não é apenas uma construção linguística, mas existe como sujeito concreto e está no centro da análise; enquanto

Janeiro, 2008, p. 15. Atualmente 93% de titulares do programa são do sexo feminino. GOMBATA, Marsílea. *Entenda Como Funciona o Bolsa Família*. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

³¹ MOURA, Tatiana; ROQUE, Sílvia; SANTOS, Rita. Conexões perdidas: Representações de Gênero, Violência (Armada) e Segurança na Resolução 1325. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 96, pp. 165-196. Coimbra: 2012.

³² CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Resolução 1325*. 2000. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

³³ Em que as características de gênero são vistas como essenciais ao invés de construídas, e.g., mulheres são *essencialmente* pacíficas e vulneráveis, enquanto homens são *essencialmente* agressivos.

³⁴ COHN, Carol. Mainstreaming Gender in UN Security Policy: a Path to Political Transformation? In: RAI, S. M.; WAYLEN, G. (Eds.). *Global Governance: Feminist Perspectives*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

³⁵ BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. New York: Routledge, 1990.



isso, pós-modernas buscam desconstruir os discursos que constroem a diferença de gênero, afirmando que a categoria “mulher” não existe fora do discurso³⁶.

Seja qual for a posição ontológica sobre gênero que for tomada, o que une todos os ideais de masculinidade é uma definição em contraponto à feminilidade, em uma relação hierárquica; ou seja, mesmo que os ideais de masculinidade e feminilidade mudem, o que quer que seja associado à mulher em um dado período é considerado inferior, ou pelo menos de menor importância, e é comum que uma amnésia coletiva quanto às definições anteriores se instaure³⁷. Charlotte Hooper identifica a maneira como a atual masculinidade hegemônica Anglo-Saxã se estabeleceu, incorporando facetas de diferentes e até contraditórios arquétipos³⁸.

Algumas autoras feministas têm buscado demonstrar como a categoria “mulher” é um tipo idealizado e utilizado politicamente. Jean Elshtain faz uma análise dos tropos (figuras de linguagem e arquétipos ideais) que utilizamos para contar as histórias de guerra, buscando revelar o lado “privado” e ideológico da guerra³⁹. Mais especificamente, Elshtain trata de duas figuras: o “guerreiro justo” e a “bela alma” que aquele deve proteger⁴⁰. As histórias de guerra são construídas fora do campo de batalha por meio do jornalismo, literatura, cinema e relatos individuais, até mesmo dentro de casa⁴¹. Narrativas que utilizam desta construção generificada foram utilizadas para justificar desde a Guerra de Tróia até a “guerra ao terror” no Afeganistão e

³⁶ HANSEN, Lene. Ontologies, Epistemologies, Methodologies. In: SHEPHERD, L. (Ed.). *Gender Matters In Global Politics: a Feminist Introduction to International Relations*. Londres: Routledge, 2010, pp. 17-27.

³⁷ Um exemplo importante é o da sexualidade, em que pela maior parte da história ocidental (da Grécia Antiga até o início do século XIX), e de maneira mais duradoura no Oriente (com exemplos da Índia, China e Oriente Médio), a sexualidade da mulher foi vista como algo a ser controlado, visto que era amplamente considerado que ela tinha um maior apetite sexual e prazer do que o homem. Isto era associado a menor capacidade feminina para a racionalidade e autocontrole. A mudança do estereótipo no século XIX serviu apenas às mulheres brancas de classe média, com mulheres de outras raças continuamente vistas como sexualmente “disponíveis”. COTT, Nancy F. *Passionlessness: An Interpretation of Victorian Sexual Ideology, 1790-1850*. In: *Signs*, vol. 4, no. 2, pp. 219-236. Chicago: winter, 1978.

³⁸ Alguns dos modelos que ainda tem ressonância hoje são: o cidadão/guerreiro grego, que combinava militarismo e racionalismo num sistema em que masculinidade conferia cidadania; o patriarca judeu-cristão e seu ideal doméstico de responsabilidade e autoridade sobre a família; o modelo aristocrata em que laços pessoais entre homens e heroísmo militar eram altamente valorizados; e finalmente o modelo racionalista burguês-protestante, que idealiza o individualismo competitivo, a razão e o autocontrole. HOOPER, Charlotte. *Masculinities, IR And The ‘Gender Variable’: a Cost-Benefit Analysis for (Sympathetic) Gender Sceptics*. In: *Review of International Studies*, vol. 25, pp. 475-491. Cambridge: 1999, p. 477.

³⁹ ELSHTAIN, 1987.

⁴⁰ O general e então comandante da Marinha norte-americana Robert H. Barrow exemplifica o tropo: “A guerra é um trabalho para homens. Convergência biológica [i.e. utilização de mulheres] no campo de batalha seria insatisfatória não só em termos do que as mulheres poderiam fazer, mas também seria uma enorme distração psicológica para o homem, que quer pensar que ele está lutando por aquela mulher em algum lugar em casa, não ao seu lado na mesma trincheira. Isto esmaga o ego masculino [...] É preciso proteger a virilidade da guerra”. PARPART, Jane; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). *The ‘Man’ Question in International Relations*. Boulder: Westview Press, 1998, p. 1.

⁴¹ A imagem icônica de um pôster propagandista da Primeira Guerra Mundial em que uma menina senta no colo de seu pai e pergunta “O que você fez na Grande Guerra, papai?” é um perfeito exemplo disso.

no Iraque, nas quais a imagem de mulheres afegãs e iraquianas como oprimidas foi utilizada na justificativa para a invasão. A noção de que a disciplina não “vê” mulheres não significa que elas nunca aparecem, mas que não aparecem como agentes. Historicamente, mulheres são vistas como vítimas e símbolos de algo a ser defendido, funcionando muitas vezes como “avatars da pátria”, como nas imagens da “Mãe Índia” e “Mãe Irlanda” utilizadas por seus respectivos movimentos nacionalistas⁴².

É importante entender que as hierarquias de gênero não são simples hierarquias de sexo, mas relações que também estabelecem masculinidades em posições dominantes em relação umas às outras, em que o lado subordinado é associado à feminilidade: “No código da guerra, o inferior e odiado inimigo é feminino”. Esta feminilização é feita através de linguagem (chamando, por exemplo, inimigos e jovens recrutas de mulheres), castração e estupro. É claro que a castração ou o estupro de um homem não fazem dele uma mulher, porém estes atos simbolicamente representam uma emasculação e, portanto, uma feminilização⁴³. A inferioridade associada à feminilidade é tão aceita que a discussão entre a capacidade de grandes líderes é comumente associada a sua masculinidade. Um exemplo atual é o das representações dos presidentes Barack Obama e Vladimir Putin, em que o primeiro é muitas vezes caracterizado como feminino em relação ao segundo⁴⁴.

Esta questão também está ligada à homofobia. Em geral, nas sociedades ocidentais atuais, homens homossexuais são vistos como femininos e, portanto, inferiores, o que tem gerado problemas em forças armadas como nos EUA⁴⁵. Esta construção não é estabelecida em todas as

⁴² THAPAR-BJÖRKERT, Suruchi; RYAN, Laura. Mother India/Mother Ireland: Comparative Gendered Dialogues of Colonialism and Nationalism in the Early 20th Century. In: *Women's Studies International Forum*, vol. 25, no. 3, pp. 301-313. Londres: 2002.

⁴³ GOLDSTEIN, Joshua. *War and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

⁴⁴ Os diferentes ideais de masculinidade são retratados na questão dos dois presidentes: um ideal de masculinidade russo é personificado por Putin e alguns russos caçoam Obama por ser visto como feminino – em agosto de 2014, por exemplo, o vice-primeiro-ministro da Rússia postou na rede social “Twitter” uma imagem de Obama segurando um poodle, ao lado de uma de Putin acariciando um tigre, sob a frase “nós temos valores e aliados diferentes.” HALL, John. *Kremlin Mocks Obama's Masculinity by Tweeting Picture of Him Holding a Poodle Next to Putin Petting a Leopard*. 2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2713032/Kremlin-mocks-Obamas-masculinity-tweeting-picture-holding-poodle-Putin-petting-leopard.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017. É interessante observar como esse ideal não é universal sequer dentro dos Estados Unidos; os republicanos da emissora FOX News elogiam o comportamento “ másculo ” de Putin, em contraste com a feminilidade em Obama: Sarah Palin ridicularizou o presidente americano por utilizar “jeans de mãe”, comparando-o com Putin, que “luta com ursos”. O ex-prefeito de Nova York, Rudy Giuliani elogiou a atitude agressiva de Putin em relação à Ucrânia, afirmando que o russo “faz uma decisão, e depois todos reagem; isso é o que chamo de um líder”. Enquanto isso, o comediante Jon Stewart denuncia esse mesmo comportamento de Putin como infantil, ridicularizando sua imagem de “machão”. Stewart também demonstra ter um ideal de masculinidade, mas este diminui a importância de força física em favor de um comportamento ponderado, racional, e “adulto”. STEWART, Jon. *Big Vladdy – Semi-delusional Autocrats*. The Daily Show with Jon Stewart, Comedy Central, 06 mar. de 2014.

⁴⁵ Cohn faz uma análise profunda do significado que a abertura oficial do exército dos EUA para homossexuais durante o primeiro governo de Bill Clinton teve, defendendo que a rejeição que estas políticas geram por parte de grupos conservadores é fruto de uma percepção de que isto geraria uma

sociedades, com o caso de relacionamentos entre homens no exército sendo exaltado como uma maneira de fortalecer as relações de camaradagem entre soldados na Grécia antiga e no Japão até o século XIX⁴⁶; a influência cultural do ocidente no período imperialista contribuiu para que a associação entre homossexualidade e feminilidade/inferioridade se espalhasse pelo mundo.

Estas representações demonstram que existem hierarquias de masculinidades, que interseccionam com questões de classe, raça, cultura e sexualidade. Na ideologia imperialista, o Oriente era visto como um mundo exótico e feminino, entre o “racionalismo ocidental” e a “selvageria africana.”⁴⁷ A hipersexualização de africanos se reflete nos EUA, onde a construção de homens negros como estupradores em potencial de mulheres brancas exerceu força muito além do fim da escravidão⁴⁸. As intersecções de classe, por sua vez, são visíveis na análise de Robert Connell sobre os diferentes tipos de masculinidade dentro do próprio exército⁴⁹. Historicamente, a base da organização militar era um relacionamento entre duas masculinidades – uma baseada na força física e subordinação, a outra dominadora e competente em nível organizacional, ligada à classe dominante. No último século uma terceira masculinidade – a dos especialistas técnicos, tem se tornado importante, e é altamente relacionada ao próprio estudo das RI.

Ao analisarmos estas construções, é interessante notar que elas vão além do nível individual; construtivistas defendem que Estados também têm identidades⁵⁰, e feministas afirmam que essas identidades são generificadas⁵¹. O nível de masculinidade de um Estado, por exemplo, é visto como dependente do seu poder militar; e o desarmamento pode ser visto como uma emasculação. Portanto, a noção de desarmamento voluntário é vista por muitos como absurda⁵². Um exemplo desta identidade generificada é o da Guerra do Vietnã, apontada por Susan Jeffords como um evento que gerou uma emasculação dos EUA⁵³. A pressão dos movimentos contra a

feminização da *imagem* das forças armadas. O problema não é que existam gays nas forças armadas, afinal isso sempre existiu. O problema é que isto seja aberto, o que diminui o prestígio da instituição como símbolo de heteronormatividade. Tanto que após a aprovação da entrada de gays nas forças armadas, a política estabelecida foi uma de “não pergunte, não conte”. COHN, Carol. Gays in the Military: Texts and Subtexts. In: PARPART, Jane; ZALEWSKI, Marysia. (Eds.). *The ‘Man’ Question in International Relations*. pp. 129-149. Boulder: Westview Press, 1998.

⁴⁶ LEUPP, Gary. *Male Colors: The Construction of Homosexuality in Tokugawa Japan*. Berkeley: University of California Press, 1999.

⁴⁷ STOLER, Ann Laura. *Carnal Knowledge and Imperial Power: Race and the Intimate in Colonial Rule*. Berkeley: University of California Press, 2002.

⁴⁸ HOOPER, 1999.

⁴⁹ CONNELL, Robert W. Masculinity, Violence and War. In: KIMMEL, Michael S.; MESSNER, Michael. A. (Eds.). *Men’s Lives*. New York: Macmillan, 1989, pp. 194-200.

⁵⁰ WENDT, Alexander. Anarchy Is What States Make of It. In: *International Organization*, vol. 46, no. 2, pp. 391-425. Boston: 1992.

⁵¹ PETERSON, 1992, p. 1-29.

⁵² COHN, Carol; RUDDICK, Sara. A Feminist Ethical Perspective on Weapons of Mass Destruction. In: LEE, Steven; HASHMI, Sohail (Eds.). *Consortium on Gender, Security, and Human Rights*. Working paper no. 104/2003. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

⁵³ JEFFORDS, Susan. *The Remasculinization of America: Gender and the Vietnam War*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.



guerra dentro dos EUA foi imprescindível para a retirada das tropas sem uma vitória⁵⁴; estes grupos eram relacionados aos movimentos por direitos civis de negros e de mulheres (a Segunda Onda feminista) que desafiavam, entre outras coisas, o ideal de masculinidade norte-americano e a família nuclear associada a ele. Steve Niva analisa a maneira como a Guerra do Golfo teve, além de um motivo estratégico material, um papel importante no restabelecimento da virilidade norte-americana perdida no Vietnã⁵⁵. Similarmente, Carol Cohn e Cynthia Enloe apontam para o fato de que a resposta estadunidense ao 11 de setembro foi guiada, em parte, pela necessidade de responder a um ataque à “honra masculina” da nação, ao invés de um cálculo racional⁵⁶.

A grande lição de feministas nas RI foi resumida por Steve Smith, em seu capítulo no livro *The ‘Man’ Question in International Relations*. Como um homem, Smith revela que não se sentia confortável em escrever sobre gênero e as RI, até se dar conta de que colocar a questão desta maneira já era um erro de compreensão; o gênero já está nas RI: o “neutro” é, na verdade, masculino. O maior privilégio masculino é ter o luxo de não precisar refletir sobre o assunto⁵⁷.

Bases epistemológicas da teoria feminista

O androcentrismo na disciplina de RI não é, porém, apenas fruto da hipermasculinidade dos seus objetos de estudo. A forte influência do positivismo na disciplina de RI também representa um ideal de ciência que não abre espaço para a subjetividade e normatividade, características em geral historicamente associadas à feminilidade. Mesmo dentro do *mainstream*, existe certa disputa de masculinidade entre as teorias realistas e liberais que o compõe:

Realismo e liberalismo se definem não só em relação às perspectivas teóricas do outro, mas em desdém mútuo às concepções ocidentais de feminilidade [...] Para os realistas, liberais não são “homens o suficiente” para o perigoso e ardiloso mundo de relações internacionais. Para os liberais, o homem verdadeiramente masculino é aquele que descarta noções pseudocientíficas da imutabilidade do poder e defeitos na natureza humana e aceita a superioridade do progresso, análise racional, e avanço tecnológico⁵⁸.

O ideal de neutralidade e racionalidade do *mainstream*, expressado em suas teorias que pretensamente não apresentam juízos de valor e que buscam quantificar relações sociais, vão de encontro às concepções feministas. A epistemologia da teoria feminista não só assume que a

⁵⁴ Uma questão especialmente “humilhante” dada a ocasional caracterização dos Vietcongs como “um bando de mulheres e crianças.” HOOPER, 1999, p. 478.

⁵⁵ NIVA, Steve. Tough and Tender: New World Order Masculinity and the Gulf War. In: PARPART, Jane; ZALEWSKI, Marysia. (Eds.). *The ‘Man’ Question in International Relations*. pp. 109-128. Boulder: Westview Press, 1998.

⁵⁶ COHN; ENLOE, 2003.

⁵⁷ SMITH, Steve. “Unacceptable Conclusions” and the “Man” Question. In: PARPART, Jane; ZALEWSKI, M. (Eds.). *The ‘Man’ Question in International Relations*. pp. 54-72. Boulder: Westview Press, 1998.

⁵⁸ ASHWORTH, Lucian M.; SWATUK, Larry A. Masculinity and the Fear of Emasculation in IR Theory. In: PARPART, Jane; ZALEWSKI, Marysia. (Eds.). *The ‘Man’ Question in International Relations*. pp. 73-92. Boulder: Westview Press, 1998, p. 74.

identidade e localização do observador importam para a análise (uma afirmação contrária ao empirismo e positivismo em geral), como defende uma contínua reavaliação destas questões, levando em conta os diversos privilégios de pesquisadores. Em termos epistemológicos, a teoria feminista se divide entre as epistemologias “de ponto de vista” e pós-estruturalista. Feministas de ponto de vista afirmam que, para melhor analisar as relações de poder, é preciso analisá-las “de baixo para cima.”⁵⁹ Para elas, perspectivas de grupos subordinados tendem a ser mais objetivas e completas, dado que o grupo que é beneficiado pelo monopólio da produção e disseminação de conhecimento determina o que “conta” como conhecimento, portanto, inevitavelmente esse conhecimento irá refletir seus interesses. Apesar da pretensão de universalidade do pensamento dos grupos dominantes, perspectivas de grupos subalternos são ignoradas. O feminismo pós-estruturalista⁶⁰, porém, aponta para o fato de que também as feministas de ponto de vista têm pretensões universalizantes sobre o que seria “o ponto de vista feminino”. Pós-modernos enfatizam a natureza socialmente construída e produtora de relações de poder de *qualquer* narrativa que busca atingir “uma verdade”.

Apesar da divisão entre as epistemologias feministas facilitar a análise, não devemos, através dela, criar barreiras intransponíveis entre as diferentes perspectivas. As críticas mútuas entre feministas de ponto de vista e pós-modernas geram movimento e evolução no projeto feminista. As críticas pós-modernas servem para manter feministas de ponto de vista sempre atentas à maneira como o seu discurso é construído, e as relações de poder que estão embutidas nele⁶¹. A autora Chandra Mohanty é um bom exemplo disso; como feminista pós-colonial, Mohanty está preocupada com as relações hierárquicas dentro do próprio movimento feminista, em particular o pensamento colonizador do que ela chama de “feminismo ocidental”⁶². Em função

⁵⁹ O feminismo de ponto de vista tem suas origens no pensamento marxista, especialmente por via de Lukács: “Para o proletariado, tornar-se consciente da natureza dialética de sua existência é uma questão de vida ou morte, enquanto que a burguesia usa as categorias abstratas de reflexão [...] para esconder a estrutura dialética do processo histórico.” LUKÁCS, György. *History and Class Consciousness*. Londres: Merlin Press, 1967, p. 163. Ou seja, em função de sua posição subordinada, o proletariado vê as contradições do sistema de uma maneira que um burguês tem o luxo de ignorar. Desse modo, “o conhecimento gerado do ponto de vista do proletariado encontra-se em um plano científico mais alto objetivamente.” LUKÁCS, 1967, p. 163.

⁶⁰ O pós-modernismo (ou pós-estruturalismo) tem suas bases no pensamento de Foucault e Derrida. Embora existam muitas vertentes do pensamento pós-moderno, pode-se dizer que: “Pós-modernos têm um inimigo em comum – o Iluminismo – por causa dos seus pressupostos filosóficos sobre, por exemplo, o sujeito, conhecimento, realidade, linguagem e verdade. Conhecimento e realidade são construções sociais e qualquer tentativa de disciplinar o mundo em uma camisa de força intelectual homogênea é ao mesmo tempo em vão e uma reflexão de estruturas de poder que continuarão a definir e legitimar o que é ‘melhor’ e ‘certo’.” ZALEWSKI, Marysia. The Debauching of Feminist Theory/the Penetration of the Postmodern. In: *Politics*. vol. 11, no. 1, pp. 30-36. Cambridge: abr. 1991, p. 32.

⁶¹ HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

⁶² MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: feminist Scholarship and Colonial Discourses. In: *Feminist Review*, vol. 30, pp. 61-88. Basingstoke: fall, 1988.

disso, a autora já foi identificada por outros como pós-moderna⁶³. Porém, ela nega que o termo se aplique a ela, afirmando que apesar de utilizar insights pós-modernos, suas críticas ao feminismo ocidental (mas não a todas as feministas ocidentais) não abrem espaço para o relativismo: o feminismo ocidental, em sua tendência a retirar a agência de mulheres do Terceiro Mundo, tratando-as como vítimas a serem salvas, está, de acordo com Mohanty, objetivamente errado.

A maneira como estas diferentes divisões informam o trabalho de feministas aparece de forma mais clara nos trabalhos empíricos. Apesar das críticas ao positivismo e empirismo, seria um erro dizer que a teoria feminista das RI se restringe às críticas, sem contribuir com pesquisas empíricas. É necessário, portanto, distinguir entre empírico e empirismo. Enquanto o primeiro é um método “guiado por experiência prática ao invés de teoria”⁶⁴, o segundo é “a doutrina segundo a qual *todo* conhecimento é derivado da experiência sensorial.”⁶⁵ Dito isso, a maneira como feministas abordam questões empíricas é diferente do *mainstream*. É impossível neste espaço fazer uma exposição dos trabalhos empíricos das RI feministas, pois são numerosos e tratam de diversos temas. Ao invés de tentar fazê-lo, apresentarei dois trabalhos exemplares a fim de demonstrar a maneira como as concepções feministas se refletem em análises mais práticas.

Dois dos trabalhos empíricos feministas mais citados são *In Service and Servitude*, de Christine Chin, e *Sex Among Allies*, de Katharine Moon⁶⁶. As duas autoras escolheram como objeto de pesquisa mulheres de seus países natais (Malásia e Coréia do Sul, respectivamente), analisando temas clássicos de RI do ponto de vista de mulheres marginalizadas (o que indica sua posição epistemológica). Chin trata de questões de desenvolvimento e economia política global através da análise das vidas de trabalhadoras domésticas na Malásia e as políticas estatais que as regulam. Além da análise de documentos governamentais, Chin conduziu entrevistas com estas trabalhadoras domésticas, analisando como o estado malaio colaborou, a partir dos anos 1970, para trazer mulheres Filipinas e Indonésias para trabalhar em residências de classe média, em situações de quase escravidão. Chin demonstra que o Estado malaio requeria prova de casamento e crianças para que famílias pudessem “receber” estas trabalhadoras, uma maneira de estimular o estabelecimento da família nuclear. A autora também afirma que a promoção do trabalho doméstico de filipinas e indonésias por parte do governo malaio foi uma forma de agradar estas famílias de classe média, o que aumentou o apoio ao governo por parte de grupos importantes da população. As trabalhadoras domésticas também faziam parte do projeto

⁶³ MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes Revisited: Feminist Solidarity Through Anticapitalist Struggles. In: *Signs*, vol. 28, pp. 499-535. Chicago: 2003, p. 504.

⁶⁴ TICKNER, J. Ann. What is your research program? Some feminist answers to international relations methodological questions. In: *International Studies Quarterly*, no. 49, pp. 1-21. Londres: 2005, p. 2.

⁶⁵ MOORE, Adrian William. Quine. In: BELSHAW, C.; KEMP, G. (Eds.). *Filósofos Modernos*. São Paulo: Artmed, 2009, p. 27. (grifos da autora)

⁶⁶ CHIN, Christine B. N. *In Service and Servitude: Foreign Female Domestic Workers and the Malaysian 'Modernity' Project*. New York: Columbia University Press, 1986; MOON, K. *Sex Among Allies: Militarized Prostitution in U.S. – South Korea Relations*. New York: Columbia University Press, 1998.



desenvolvimentista de crescimento baseado em exportação do estado malaio, pois seu trabalho liberava mão de obra das mulheres malaias. O seu estudo demonstra que o estado malaio, como outros Estados, não é neutro, mas uma expressão de poder de classe, raça e gênero que ganhou apoio através da cooptação de certos setores da população, enquanto reprimia outros. Chin vê seu trabalho como emancipatório, ou seja, busca identificar relações de poder existentes com a intenção de mudá-las.

Katharine Moon, por sua vez, estudou políticas de segurança nacional, através de uma lente nada convencional: prostitutas coreanas em bases militares norte-americanas. Moon explica que a prostituição orientada a militares na Coreia não é simplesmente uma questão de mulheres na esquina se oferecendo a soldados estadunidenses por alguns dólares, mas um sistema patrocinado e regulado pelos dois governos. Além de entrevistas com as mulheres coreanas, Moon analisou documentos oficiais e entrevistou membros dos governos e exércitos americanos e coreanos. A compra e venda de sexo tem sido um componente básico das relações entre os EUA e a Coreia desde a Guerra da Coreia (1950-53) e o estabelecimento de tropas americanas na Coreia desde 1955. Com a Doutrina Nixon em 1969, em que o presidente americano anunciou a retirada de 20.000 soldados da Coreia, o governo coreano tornou-se desesperado por melhorar suas relações com o exército estadunidense, para que uma retirada total das tropas americanas não ocorresse. A relação de poder desigual entre norte-americanos e coreanos era refletida na necessidade dos coreanos agradarem as tropas americanas. Foi neste contexto que foi estabelecida a “Campanha para a limpeza”, em que o governo coreano se comprometeu a impor padrões de saúde e a monitorar prostitutas coreanas ao redor de bases militares dos EUA. As prostitutas coreanas foram usadas como “embaixadoras”, cujo trabalho era avançar as relações amigáveis entre os dois países e manter os soldados americanos “felizes”. O trabalho de Moon revela a maneira como, ao mesmo tempo em que os governos estadunidense e coreano as utilizaram como instrumentos de suas políticas externas,

A participação nestes processos politiza as identidades dessas mulheres. No processo, descobrimos que elas são mais envolvidas na política internacional do que no seu papel subordinado em esquemas generificados de poder, mas que seus relacionamentos com soldados estrangeiros *personificam e definem* (...) relações entre governos.”⁶⁷

Chin e Moon não estão em busca de testar afirmações causais utilizando métodos quantitativos. Seu objetivo é entender as políticas nacionais de estados através das histórias de vidas tornadas inseguras por eles. Este tipo de relação é, em geral, invisível em análises estatísticas, especialmente aquelas geradas pelos próprios governos. Além das razões óbvias (nenhum governo quer reconhecer seu papel em questões de prostituição e maus-tratos de

⁶⁷ MOON, 1998, p. 21.



mulheres), problemas institucionais na maneira como estes dados são medidos são relevantes, como o fato de que estas áreas são consideradas “pessoais” e não “políticas”, portanto falta interesse em estudá-las sistematicamente. A prostituição ligada a bases militares parece algo “natural”, enquanto que trabalhadoras domésticas provenientes de países mais pobres parecem um simples efeito da diferença de salário entre a Malásia e as Filipinas. Sem uma investigação profunda destas relações, seria impossível ver o quanto de *planejamento e exercício de poder* dos estados malaio, estadunidense e coreano foi necessário para que estas mulheres cumprissem esses papéis que, à primeira vista, são tão naturais.

Os trabalhos de Chin e Moon são exemplares na maneira em que, ao tratarem de mulheres marginalizadas, cujas experiências não são comumente consideradas relevantes para as RI, é possível revelar relações de poder maiores, entre nações (como no caso da Coreia e dos EUA), e entre grupos de interesse dentro de estados (como no caso da classe média malaia). A utilização de entrevistas é um reflexo da tentativa da teoria feminista de trazer o indivíduo para as RI, sem que isso signifique uma perda da perspectiva macro. Não é que essas autoras pensem que análises quantitativas são inúteis; o problema é que, em geral, este tipo de análise mascara justamente as experiências dos grupos em que feministas mais têm interesse. Ao investigarem estas histórias utilizando métodos mais comuns na sociologia e antropologia, feministas revelam o que há de global nestas relações que antes seriam ignoradas.

Considerações Finais

A “teoria feminista das RI” é um grupo relativamente coeso de autoras que compartilham de uma ontologia e epistemologia. A base ontológica da teoria feminista foi construída em contraponto à caracterização limitada de “relações internacionais” do *mainstream*, argumentando que sua visão de mundo é distorcida e parcial, pois reflete mais o poder e influência desproporcional que homens têm, do que uma realidade social completa⁶⁸. Apesar de a disciplina se retratar como estudiosa do “poder global”, feministas afirmam que a quantidade e tipos de poder no sistema internacional são em geral subestimados⁶⁹. Para examinar profundamente como o poder funciona, feministas buscam analisar as relações de poder “de baixo para cima”, questionando sempre as pretensões de universalidade de perspectivas dominantes. Essas noções epistemológicas da teoria se refletem em trabalhos empíricos que partem da análise das realidades de mulheres marginalizadas para construir *insights* sobre estruturas de poder mais amplas.

Apesar das contribuições feministas nas últimas décadas, as RI têm se mostrado especialmente resistentes em relação à questão de gênero. O fato de a disciplina ter como base

⁶⁸ YOUNGS, 2004.

⁶⁹ ENLOE, 1989.



dicotomias generificadas como o pessoal e o público e o nacional e internacional, em que apenas os espaços codificados masculinos são considerados relevantes para o estudo do poder global, certamente contribui para essa resistência. Igualmente importante, porém, é a preponderância de teorias positivistas – cuja negação do papel da normatividade e subjetividade na construção da ciência é também uma negação de características associadas à feminilidade. Em uma disciplina influenciada por concepções positivistas, a natureza política do feminismo é tão problemática quanto suas ideias sobre a importância da esfera pessoal nas estruturas de dominação de gênero, classe e de raça.

Importante notar como, mesmo na esfera considerada relevante pela disciplina tradicional, questões sobre masculinidade e feminilidade nos ajudam a compreender as relações internacionais. A associação entre feminilidade e inferioridade contribui para o culto à agressividade na política internacional; enquanto o nível de masculinidade de um Estado é visto como dependente do seu poder militar, o desarmamento voluntário é tido como uma emasculação, e percepções sobre insegurança são intrinsecamente atadas ao orgulho masculino de uma nação, e não só a “cálculos racionais”. Estas hierarquias de masculinidade existem dentro da própria disciplina, em que teorias normativas ou que apresentam qualquer admissão de subjetividade são vistas como insuficientemente masculinas. A teoria feminista, portanto, não está simplesmente “adicionando” gênero às RI. Essas dimensões já estão lá; precisam ser reveladas, para que possam ser desconstruídas.

Referências

ASHWORTH, Lucian M.; SWATUK, Larry A. Masculinity and the Fear of Emasculation in IR Theory. In: PARPART, Jane; ZALEWSKI, Marysia. (Eds.). *The 'Man' Question in International Relations*. pp. 73-92. Boulder: Westview Press, 1998.

BEIER, J. Marshall. *International Relations in Uncommon Places*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

BIERSTEKER, Thomas. J. The Parochialism of Hegemony: Challenges for “American International Relations”. In: TICKNER, Arlene B.; WÆVER, Ole (Eds.). *International Relations Scholarship Around the World: Worlding Beyond the West*. New York: Routledge, 2009.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. New York: Routledge, 1990.

CHANT, Sylvia H. Re-thinking the “Feminization of Poverty” in Relation to Aggregate Gender Indices. In: *Journal of Human Development*, vol. 7, no. 2, pp. 201-220. Londres: 2006.

CHIN, Christine B. N. *In Service and Servitude: Foreign Female Domestic Workers and the Malaysian 'Modernity' Project*. New York: Columbia University Press, 1986; MOON, K. *Sex Among Allies: Militarized Prostitution in U.S. – South Korea Relations*. New York: Columbia University Press, 1998.



COHN, Carol. Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. In: *Signs*, vol. 12, no. 4, pp. 687-718. Chicago: summer, 1987.

_____; ENLOE, Cynthia. A Conversation with Cynthia Enloe: Feminists Look at Masculinity and the Men Who Wage War. In: *Signs*, vol. 28, no. 4, pp. 1187-1207. Chicago: 2003.

_____; RUDDICK, Sara. A Feminist Ethical Perspective on Weapons of Mass Destruction. In: LEE, Steven; HASHMI, Sohail (Eds.). *Consortium on Gender, Security, and Human Rights*. Working paper no. 104/2003. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. Mainstreaming Gender in UN Security Policy: a Path to Political Transformation? In: RAI, S. M.; WAYLEN, G. (Eds.). *Global Governance: Feminist Perspectives*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

CONNELL, Robert W. Masculinity, Violence and War. In: KIMMEL, Michael S.; MESSNER, Michael. A. (Eds.). *Men's Lives*. New York: Macmillan, 1989.

COTT, Nancy F. Passionlessness: An Interpretation of Victorian Sexual Ideology, 1790-1850. In: *Signs*, vol. 4, no. 2, pp. 219-236. Chicago: winter, 1978.

COX, Robert W. Social forces, States, and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: *Millennium*, vol. 10, no. 2, pp. 126-155. Londres: 1981.

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Resolução 1325*. 2000. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

ELSHTAIN, Jean Bethke. *Women and War*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches, and Bases*. Londres: Pandora Press, 1989.

FINEMAN, Martha. MYKITIUK, Roxanne. *The Public Nature of Private Violence: The Discovery of Domestic Abuse*. New York: Routledge, 2009.

GALTUNG, Johann. Violence, Peace and Peace Research. In: *Journal of Peace Research*, vol. 6, no. 3, pp. 167-191. Oslo: 1969.

GOLDSTEIN, Joshua. *War and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GOMBATA, Marsílea. *Entenda Como Funciona o Bolsa Família*. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

IBASE. *Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas*. Rio de Janeiro, 2008, p. 15. Atualmente 93% de titulares do programa são do sexo feminino. GOMBATA, Marsílea. *Entenda Como Funciona o Bolsa Família*. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

JARL, Ann-Cathrin. *In Justice: Women and Global Economics*. Minneapolis: Augsburg Fortress, 2003.

JEFFORDS, Susan. *The Remasculinization of America: Gender and the Vietnam War*.

Bloomington: Indiana University Press, 1990.

HAGOPIAN, Amy et al. Mortality in Iraq Associated with the 2003–2011 War and Occupation: Findings from a National Cluster Sample Survey by the University Collaborative Iraq Mortality Study. In: *PLOS Medicine*, publ. 15 out. 2013. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1001533#authcontrib>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

HALL, John. *Kremlin Mocks Obama's Masculinity by Tweeting Picture of Him Holding a Poodle Next to Putin Petting a Leopard*. 2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2713032/Kremlin-mocks-Obamas-masculinity-tweeting-picture-holding-poodle-Putin-petting-leopard.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

HANISCH, Carol. *The Personal Is Political*. Notes from the Second Year: New York: Women's Liberation, 1970.

HANSEN, Lene. Ontologies, Epistemologies, Methodologies. In: SHEPHERD, L. (Ed.). *Gender Matters In Global Politics: a Feminist Introduction to International Relations*. Londres: Routledge, 2010.

HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HOOPER, Charlotte. Masculinities, IR And The 'Gender Variable': a Cost-Benefit Analysis for (Sympathetic) Gender Sceptics. In: *Review of International Studies*, vol. 25, pp. 475-491. Cambridge: 1999.

KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. 2 ed. Londres: Polity Press, 2006.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Eds.). *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. London: UCL Press, 2002.

KURKI, Milja; WIGHT, Colin. International Relations and Social Science. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. (Eds.). *International Relations Theories*. Discipline and Diversity. 3 ed., pp. 14-35. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. In: *International Studies Quarterly*, vol. 33, pp. 235-254. Londres: 1989.

LEUPP, Gary. *Male Colors: The Construction of Homosexuality in Tokugawa Japan*. Berkeley: University of California Press, 1999.

LOCHER, Birgit; PRÜGL, Elisabeth. Feminism and Constructivism: Worlds Apart or Sharing the Middle Ground? In: *International Studies Quarterly*, vol. 45, pp. 111-129. Londres: 2001.

LUKÁCS, György. *History and Class Consciousness*. Londres: Merlin Press, 1967.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: feminist Scholarship and Colonial Discourses. In: *Feminist Review*, vol. 30, pp. 61-88. Basingstoke: fall, 1988.



_____. Under Western Eyes Revisited: Feminist Solidarity Through Anticapitalist Struggles. In: *Signs*, vol. 28, pp. 499-535. Chicago: 2003.

MOON, K. *Sex Among Allies: Militarized Prostitution in U.S. – South Korea Relations*. New York: Columbia University Press, 1998.

MOORE, Adrian William. Quine. In: BELSHAW, C.; KEMP, G. (Eds.). *Filósofos Modernos*. São Paulo: Artmed, 2009.

MOURA, Tatiana; ROQUE, Sílvia; SANTOS, Rita. Conexões perdidas: Representações de Gênero, Violência (Armada) e Segurança na Resolução 1325. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 96, pp. 165-196. Coimbra: 2012.

NIVA, Steve. Tough and Tender: New World Order Masculinity and the Gulf War. In: PARPART, Jane; ZALEWSKI, Marysia. (Eds.). *The 'Man' Question in International Relations*. pp. 109-128. Boulder: Westview Press, 1998.

PARPART, Jane; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). *The 'Man' Question in International Relations*. Boulder: Westview Press, 1998.

PETERSON, V. Spike. *Gendered States: Feminist (Re)Visions of International Relations Theory*. Boulder: Lynne Rienner, 1992.

REUS-SMIT, Christian. Constructivism. In: BURCHILL, Scott et al (Orgs.). *Theories of International Relations*. 3. ed., pp. 188-212. Basingstoke: Palgrave, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: *The American Historical Review*, vol. 91, no. 5, pp. 1053-1075. Bloomington: dez. 1986.

SMITH, Steve. "Unacceptable Conclusions" and the "Man" Question. In: PARPART, Jane; ZALEWSKI, M. (Eds.). *The 'Man' Question in International Relations*. pp. 54-72. Boulder: Westview Press, 1998.

STEWART, Jon. *Big Vladdy* – Semi-delusional Autocrats. The Daily Show with Jon Stewart, Comedy Central, 06 mar. de 2014.

STOLER, Ann Laura. *Carnal Knowledge and Imperial Power: Race and the Intimate in Colonial Rule*. Berkeley: University of California Press, 2002.

THAPAR-BJÖRKERT, Suruchi; RYAN, Laura. Mother India/Mother Ireland: Comparative Gendered Dialogues of Colonialism and Nationalism in the Early 20th Century. In: *Women's Studies International Forum*, vol. 25, no. 3, pp. 301-313. Londres: 2002.

TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press, 1992.

_____. *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*. New York: Columbia University Press, 2001.

_____. What is your research program? Some feminist answers to international relations methodological questions. In: *International Studies Quarterly*, no. 49, pp. 1-21. Londres: 2005.

_____; SJOBERG, Laura. Feminism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Eds.).



International Relations Theories. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WALKER, Rob B. J. The Concept of Security and International Relations Theory. In: *Working Paper no. 3*, pp. 1-25. California: Institute on Global Conflict and Cooperation, University of California, 1988.

WENDT, Alexander. Anarchy Is What States Make of It. In: *International Organization*, vol. 46, no. 2, pp. 391-425. Boston: 1992.

YOUNGS, Gillian. Feminist International Relations: a Contradiction in Terms? Or: Why Women and Gender Are Essential to Understanding the World 'We' Live In. In: *International Affairs*, vol. 80, no. 1. Cambridge: 2004.

ZALEWSKI, Marysia. The Debauching of Feminist Theory/the Penetration of the Postmodern. In: *Politics*. vol. 11, no. 1, pp. 30-36. Cambridge: abr. 1991.